
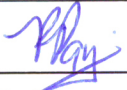

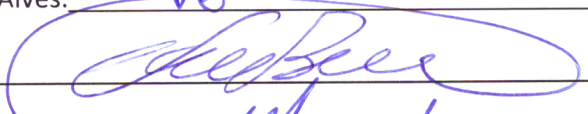



- 12- Regina Marcia Braz Bocamino: _____ 
- 13- Rosilene Pazim Jarreta Fernandes Correa: _____ 
- 14- Vanessa Marques Ferreira Alves: _____ 
- 15- Velmor Baldassim: _____ 
- 16- Wanderley Aparecido Fernandes: _____ 
- x-----

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São Jose do Rio Pardo. Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois às dezessete horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Previdência, localizado à Rua Tarquínio Cobra Olyntho, nº69 na Vila Pereira, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Hélio Escudero, estando presentes os seguintes conselheiros: Antônio Carlos Jardim; Bruna Braz Bocamino Tomé; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida Ludovique Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; José Humberto Tardelli; Lígia Assumpção Fernandes Nobrega; Lílian do Carmo Molfi de Lima; Luiz Roberto de Oliveira; Marco Antônio Gumieri Valério; Maria Cristina Silvério; Mário Aparecido Gusmão; Regina Márcia Braz Bocamino; Rosilene Pazim Jarreta Fernandes Correa; Vanessa Marques Ferreira Alves; Velmor Baldassim e Wanderley Aparecido Fernandes. O presidente Hélio Escudero justificou ter marcado reunião para quarta-feira, quando normalmente é segunda-feira devido à várias decisões e final de mês. O presidente Hélio Escudero convidou Mário Gusmão “ad doc.” para secretariar, iniciou a reunião lendo a convocação. No item 1. Apreciação dos balancetes do IMP dos meses novembro e dezembro de 2021 com parecer favorável do Conselho Fiscal. O presidente comunicou aos membros que o material da reunião já havia sido enviado pela internet, colocou em discussão. Houve perguntas gerais sobre os próximos balancetes para separar gastos e créditos devido à segregação de massa, houve perguntas também se a Prefeitura havia enviado qualquer documento formatando a Segregação de Massas, foi respondido pelo presidente, que após consultar a diretoria executiva do IMP, nenhum documento havia sido elaborado pela gestão até o momento, o que estaria sendo realizado todas estas separações pelo próprio IMP. Colocado em votação os balancetes, sendo aprovado por unanimidade, inclusive ratificando os pareceres favoráveis emitidos pelo Conselho Fiscal. Do item 2 Acompanhamento dos investimentos do IMP através do relatório relativo ao 4º Trimestre de 2021. O presidente solicitou ao diretor financeiro Eduardo Marin para explanações. O diretor

financeiro do IMP, iniciou sua explanação justificando o resultado da carteira de investimentos durante o trimestre, onde que no mês de outubro a carteira sofreu uma forte queda de (-1,91%), no mês seguinte a carteira reverteu e fechou com 1,93% e no mês de dezembro a carteira ficou positiva com 0,79%. No contexto geral a carteira encerrou o ano com (-1,03%) e a meta atuarial foi de 16,16%. Somando todos os investimentos a porcentagem de rendimentos previstos era de 5,47% + INPC = 16,16% e infelizmente o resultado foi de 1,03% negativo no ano 2021. O diretor continuou a explanação com trechos do relatório com as considerações do Comitê de Investimentos do IMP: “Justifica-se que as consequências causadas pela pandemia do Corona-Vírus, assolaram principalmente os países emergentes como no caso do Brasil, a carteira de investimento do IMP acompanhou a fortíssima volatilidade do mercado financeiro global, os resultados se arrastaram desde o ano de 2020 e foram agravados em 2021 diante das incertezas e expectativas frustradas. Com movimentos acentuados de quedas na Taxa Selic no ano de 2020, o Banco Central do Brasil através do COPOM, iniciou ciclo em 2021 inverso do que vinha sendo realizado, conforme a inflação avançava rapidamente, o Governo Federal passou a usar a velha arma de fazer Política Monetária elevando a Taxa Selic em todas suas reuniões, gerando stress e desconfiança frente aos investidores, retratando o total desequilíbrio nas contas públicas e ausência de políticas mais consistentes para a recuperação da economia. A carteira de investimentos do IMP encerrou com 88,50% em ativos compostos por Títulos Públicos do Tesouro Nacional, considerados no mercado financeiro, ativos de menor grau de risco de crédito, o que não exclui o risco de mercado, devido sua marcação a mercado. Mesmo os Títulos Públicos Federais são suscetíveis às oscilações de preços, o que implicou no resultado negativo e o descumprimento de meta atuarial. Em diversificação, o IMP conseguiu atrair posições diferentes e ampliou novas alternativas, a exemplo do investimento no exterior, ativos com esse seguimento foram disponibilizados pela Secretaria de Previdência Social com baixa exposição, para investidor geral não permitindo ultrapassar 10% do PL do RPPS. De olho para esse investimento, foi sendo adquirido cotas do Fundo de Investimento Caixa Institucional BDR nível I, que agradou em rentabilizar 21,42%, com representatividade de 4,30% da carteira do IMP com esse investimento. Diante de mais um ano muito desafiador para os investimentos, o IMP conseguiu atravessar o exercício de 2021 com muita segurança em suas ações. A princípio, não houve desespero e sim parcimônia na condução dos ativos. O Comitê de Investimentos teve suas decisões ratificadas pela consultoria financeira contratada. O feito de não vender as cotas desvalorizadas no mercado, foram de extrema importância, caso acontecesse de vendê-las poderíamos contabilizar o prejuízo financeiro e não garantir a perspectiva delas se valorizarem no médio e longo prazo, alinhando com as reais necessidades futuras de buscar o

equilíbrio financeiro e atuarial”. O diretor financeiro comentou ainda sobre as normais legais vigentes de adquirir títulos públicos e que a baixa remuneração dos ativos públicos não favoreceu a carteira nestes últimos anos. O parecer teve aprovação do Comitê de Investimentos sendo saldo dezembro de 2021 R\$.232.831.344,62 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos). Respondendo à diversos questionamentos dos conselheiros, o diretor financeiro informou que o ano de 2022 será de muita volatilidade por contas das eleições, finalizando a explanação do relatório de investimentos. O Item 3 da convocação foi relatado sobre a política de investimentos de 2022. Presidente do Conselho Hélio Escudero e Diretor financeiro do IMP Eduardo Marin explicaram sobre a nova resolução CMN 4963, que revogou outras resoluções anteriores alterando a política de investimentos para o exercício 2022. Houve regras de aplicações máximas em cada tipo de fundo, alterações em aplicações no exterior e na nova formatação foi inserida a possibilidade de empréstimo consignado, embora, até esta data ainda não esteja regulamentado pelo Banco Central do Brasil e Ministério do Trabalho. Os conselheiros quiseram saber de como será feito, quais as leis, quais as garantias ao Instituto, sejam de pagamento, seja de juros mínimos e outros. Considerando que o IMP se for fazer consignado deverá ser com juros mínimos determinados pelo Banco central e correção do INPC e isto seria maior do que os consignados atuantes no mercado, ou seja de difícil solução. A Diretoria Executiva do IMP e os conselheiros estão cientes da intenção e da lei levada a efeito pelo Prefeito no sentido de consignar valores aos funcionários e o Prefeito fez declarações primeiras sobre este item. Entretanto, de acordo com Eduardo Marin e Fabiano Boaro, a Lei Municipal nº. 5876/2021 autorizou a concessão de empréstimos consignados o que passou a ser inserido na Lei 4648/2016. No que tange aos limites disponíveis na Política de Investimentos para 2022, o diretor financeiro concluiu que não haverá limite disponível para o seguimento de empréstimos consignado até que os órgãos superiores normatizem o assunto, e que os demais limites mantiveram inalterados como proposto na Política de Investimentos apresentada e aprovada na reunião de novembro de 2021. O Conselho do IMP solicitou que sejam comunicados oficialmente ao Prefeito e aos órgãos de fiscalização do IMP, bem como ao Banco Central, formatações e sugestões do tema consignado e do que deveria ser feito e sugestões de tramitação para evitar prejuízos ao IMP, sempre no sentido de tomar a melhor decisão a todos. Fabiano Boaro, sugeriu colocando a diretoria para encaminhar via Gescon da Secretaria de Previdência Social do Ministério do Trabalho, solicitando informações quanto aos procedimentos normativos para atendimento do investimento em consignados geridos por RPPSs. O Comitê de Investimentos elaborou a Política de Investimentos 2022 em conjunto com Diretoria executiva e apresentado ao Conselho

Administrativo foi aprovado por unanimidade. No item 4 Deliberação quanto a indicação do Comitê de Investimentos para adequações na carteira de investimentos. A diretoria executiva sugeriu a melhor formatação para adequar a carteira, pois não pode ter mais de 20% em um único fundo e um deles da Caixa Econômica Federal (CEF) ultrapassou 0,24% e outras aplicações não ultrapassaram, mas estão próximas do índice máximo e que haveria até 180 dias para regularizar o desenquadramento. A sugestão do Diretor e Presidente do IMP é de resgatar 2,5% de cada fundo nestas condições para levar a outra aplicação destinada à folha de pagamento e assim adequar. Sendo: Fundo Caixa Brasil IMA-B Títulos Públicos CNPJ 10.740.658/0001-93, Fundo Caixa Brasil Gestão Estratégica CNPJ 23.215.097/0001-55 e Fundo BB Previdenciário Alocação Ativa CNPJ 25.078.994/0001-90, recurso financeiros aproximado de R\$.3.4 milhões de reais, com destino ao Banco Bradesco, para aplicação junto ao Fundo Bradesco Renda Fixa DI Federal Extra CNPJ 03.256.793/0001-00. Outra sugestão foi resgatar dois fundos no Banco do Brasil: Fundo BB Previdenciário IMA-B Títulos Públicos CNPJ 07.442.078/0001-05 e o Fundo BB Previdenciário IMA-B CNPJ 07.861.554/0001-55 com indicação de R\$.40 milhões de reais com destino ao Fundo BB Previdenciário RF Títulos Públicos XXI. O Diretor financeiro trouxe informações sobre o fundo indicado para aplicação, o mesmo consiste em remunerar o investimento na ordem do índice IPCA + 5% ao ano, com recebimento de cupons de juros semestrais nos meses de fevereiro e agosto até o seu vencimento que se dará em 15/08/2024, com isso o investimento deverá cumprir essa carência. Na opinião do Comitê de Investimentos do IMP, esse investimento passa a ser uma ótima opção quando existe possibilidade de rentabilidade aderente com a meta atuarial do IMP, principalmente no momento que os ativos estão oscilando muito no mercado financeiro. Eduardo colocou as planilhas a todos explicando item a item de cada Banco e de cada fundo, esta alteração foi aprovada por unanimidade. Item 5. Equiparação salarial. 5 - Deliberação quanto a equiparação salarial para Contadora, Advogada, Diretor Financeiro, Previdência e criação de gratificação para Controle Interno; O presidente Hélio Escudero convocou o Diretor Executivo, Fabiano Boaro, para informar sobre o tema, sendo explanado pelo Diretor que referente a este item, optou por separar as reivindicações em três pontos, sendo a primeira em relação às servidoras detentoras dos cargos de Contadora e Advogada deste Instituto, que apresentaram requerimentos solicitando equiparação salarial aos servidores dos mesmos cargos exercidos na Prefeitura Municipal. Segundo, pedido formulado pela Sra. Fernanda de Pauli Manzoni, atualmente acumulando sua função de Escriturária com Controle Interno, requerendo assim gratificação pelo exercício desta função, um adicional equivalente a vinte e cinco por cento do seu vencimento e finalizando em terceiro, solicitação dele como Diretor Executivo mudança de nível salarial

para o Diretor Financeiro e Diretor de Previdência, passando da referência atual XXX para XXXI da tabela de vencimentos da Prefeitura Municipal, justificando neste terceiro item o aumento significativo na demanda de trabalho com a aprovação da segregação de massa. Explicando o Sr. Fabiano Boaro, ser favorável a todas essas alterações salariais uma vez que os possíveis acréscimos não afetariam em nada o equilíbrio financeiro e atuarial, pois estes valores são custeados exclusivamente com recursos da taxa de administração. Colocado em discussão Sr. Mário Gusmão disse que a equiparação é importante e valoriza os funcionários, entretanto considera o momento difícil para isso, até porque o promotor de justiça pediu para excluir muitos cargos do quadro da Prefeitura, é hora de “pisar em ovos”, tomar cuidado e preliminarmente reunir-se com Prefeito para talvez incluir também na reforma administrativa projetada, o Sr. Marco Gumiéri externou sua opinião, disse que entendeu as reivindicações dos servidores e que todos tem direito, porém, sugeriu que seria mais prudente analisar essas reivindicações em conjunto com o Executivo Municipal. Colocado em votação pelo Presidente a sugestão de fazer toda esta negociação junto ao Prefeito Municipal, todos concordaram, votando por unanimidade que o Diretor Executivo faça estas negociações junto ao Prefeito Municipal. 6 - Deliberação quanto a contratação de Empresa de consultoria atuarial; Visando a transparência e livre concorrência, ficou deliberado pelo Conselho para que a Diretoria do Instituto tome as devidas providências para realização de processo licitatório para a referida contratação. 7 Assuntos diversos. O Presidente do Conselho informou os demais conselheiros de que até o momento o Prefeito, não se manifestou referente à sugestão dada para realização de auditoria independente conforme Ofício nº 014/2021 enviado em 03 de dezembro de 2021. O Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Eu, Mário Aparecido Gusmão, secretário “a doc” digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais conselheiros presentes.

- _____.
- 01- Antônio Carlos Jardim: _____
- 02- Bruna Braz Bocamino Tomé: _____
- 03- Carlos Henrique da Trindade: _____
- 04- Cleonice Aparecida Ludovique Callegari: _____
- 05- Francisco Carlos de Oliveira: _____
- 06- Hélio Escudero: _____
- 07- José Humberto Tardelli: _____

- 08- Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega: L. Nóbrega
- 09- Lillian do Carmo Molfi de Lima: L. Molfi
- 10- Luiz Roberto de Oliveira: L. Roberto
- 11- Marco Antônio Gumieri Valério: M. Valério
- 12- Maria Cristina Silvério: M. Cristina Silvério
- 13- Regina Marcia Braz Bocamino: R. Bocamino
- 14- Rosilene Pazim Jarreta Fernandes Correa: R. Correa
- 15- Vanessa Marques Ferreira Alves: V. Alves
- 16- Velmor Baldassim: V. Baldassim
- 17- Wanderley Aparecido Fernandes: W. Fernandes